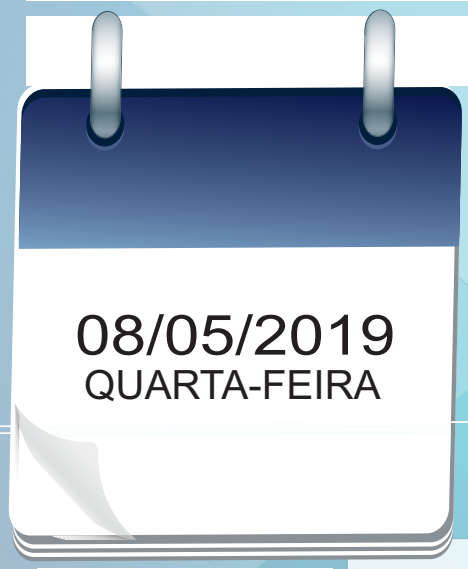
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

DIÁRIO DA MANHÃ

Manutenção das rodovias chega a quase 4.000 Km em 2019

DA REDAÇÃO

Levantamento realizado no mês de abril pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) aponta que aproximadamente 3.700 quilômetros de trechos críticos de rodovias goianas, pavimentados e não-pavimentados, já passaram por manutenção, em diversas regiões do Estado. Entre os serviços realizados, tapa-buracos, roçagem, limpeza de elementos de drenagem, recuperação de erosão, patrolamento e outras melhorias funcionais. O dado é uma somatória do trabalho executado pelas empresas que prestam serviços de conservação rodoviária – desde a retomada dos serviços na segunda quinzena de março de 2019 -, e dos reparos realizados por 90 prefeituras, iniciados em janeiro deste ano, por meio de Termo de Cooperação.

De acordo com o presidente do órgão estadual, Enio Caiado, somente com as empresas terceirizadas, os serviços executados permitirão, de forma gradual, a cobertura de 85% da malha viária do Estado, composta por mais de 21 mil quilômetros, no que se refere à manutenção. Em locais em que não há contrato com empresas desde 2018, a Goinfra iniciou as medidas necessárias para a licitação destinada à contratação de empresas para reparos das rodovias. Até que seja concluída, o órgão estadual atua ainda com a parceria dos municípios. "O apoio que recebemos das prefeituras, em contenção de erosões e em operações tapa-buracos, contribui com a trafegabilidade nas rodovias e é importante para o andamento de nosso trabalho", ressalta.

O POPULAR

Governo fala em novo aumento de dívida

CONTAS CGE analisa empenhos liquidados e anulados, com estimativa de acréscimo de R$ 2,7 bi; O POPULAR explica diferentes resultados citados pela atual gestão

Em meio à expectativa de conhecer os termos do Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF) do governo federal hoje, o governo de Goiás fala em possível novo aumento de sua dívida de curto prazo, relacionado a empenhos liquidados e anulados pela gestão anterior. A estimativa, feita pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), é de que aproximadamente R$ 2,87 bilhões podem ser somados aos R$ 4,09 bilhões da dívida já constatada, segundo a atual administração estadual.

No início de abril, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, havia falado em R$ 2,39 bilhões de dívida potencial. Esse montante diz respeito àquilo para que o governo reservou de dinheiro para pagar serviços ou aquisições, diante da constatação da entrega do objeto do contrato, com nota fiscal disponível, mas cancelou o pagamento por algum motivo. Isto é, trata do que foi empenhado, liquidado, mas anulado.

A razão da anulação é o que está sob análise da CGE, mas agora considerando um total de R$ 2,87 bilhões e não R$ 2,39 bilhões. De acordo com o subchefe da CGE, Marcos Tadeu, pelo levantamento feito pela controladoria, boa parte das anulações foi em relação a despesas obrigatórias. "É uma dívida potencial que vamos analisar para saber o que o governo de fato vai ter que pagar."

Ele explica que as prestações de serviço ou entrega de produtos e aquisições vão passar por um processo de reconhecimento de dívida. "Vamos apurar o direito do credor, que deve apresentar a nota fiscal, e vamos verificar se há relatório de execução para pagar", afirma, referindo-se à documentação de acompanhamento dos contratos.

O número da dívida potencial, porém, não é consenso. Fontes na Secretaria de Economia apontam que ainda não é possível saber exatamente quanto é essa dívida, uma vez que parte dela já está contemplada em outras rubricas, entrando em intercessão, por exemplo, com outras obrigações não empenhadas – parte desse número é de despesa com pessoal.

A reportagem procurou o ex-governador José Eliton (PSDB), que estava à frente da gestão no fim do ano, para falar da dívida potencial apontada pela atual gestão e que teria sido deixada pela administração anterior. O tucano não quis comentar.

> *"Vamos apurar o direito do credor, que deve apresentar a nota fiscal, e verificar se há relatório de execução para pagar"*
>
> **Marcos Tadeu, subchefe da Controladoria Geral do Estado**

DIFERENÇAS

Os R$ 4,09 bilhões de dívida apontado pela CGE, e já repetido pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) em entrevistas, divergem de dois outros números apresentados pelo governo. No fim de março, a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, falou, na Assembleia Legislativa, sobre R$ 3,2 bilhões de rombo relativos a 2018; número pouco maior que o apresentado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE): R$ 3,02 bilhões.

Ao POPULAR, o superintendente de Contabilidade-Geral do Estado, Ricardo Borges, explica que "não há divergência de resultados."

"O que existe são óticas diferentes para mostrar resultados que são diferentes." Segundo ele, são três recortes. "O primeiro, mostrado pela secretária na Assembleia, diz respeito às metas da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que é o resultado primário."

Resultado primário é a economia que o governo precisa fazer para pagar o estoque da

dívida. Pela projeção original, o Estado terminou 2018 com um superávit de R$ 1,30 bilhão, isto é, fechou o ano com saldo positivo. "Porém, deixou de entrar na conta quase R$ 2 bilhões (R$ 1,95 bilhão) de restos a pagar processados (despesa já liquidada e não paga no exercício), somado a R$ 713,9 milhões de restos a pagar não processados (despesa não liquidada, provavelmente porque o fornecedor ou prestador de serviço não entregou nota fiscal)", aponta Borges.

Fora isso, existem também as despesas não empenhadas, mas reconhecidas em balanço, por exemplo, a folha de dezembro (R$ 1,24 bilhão). O total registrado dessa rubrica, segundo o governo, é de R$ 1,68 bilhão *(veja no quadro ao lado)*. A soma desses valores transforma o superávit primário em déficit primário de R$ 3,31 bilhões, valor superior aos R$ 3,2 bilhões apontados pela secretária em março, segundo Borges, por atualização de valores.

O segundo recorte, de acordo com o superintendente, trata do resultado orçamentário de 2018, que contempla a diferença de todas as despesas empenhadas do Estado em relação às receitas. Trata-se do valor do déficit apresentado ao TCE-GO: R$ 3,02 bilhões. É menor que o déficit primário, segundo ele, porque só considera o que foi empenhado, isto é, diz respeito àquilo para que o Estado reservou dinheiro. "É a execução do orçamento."

O terceiro recorte é a dívida de curto prazo, que desconsidera a dívida consolidada, de longo prazo, do Estado. Esse recorte considera também restos a pagar processados e não processados de anos anteriores a 2018, além de pontos já constantes no déficit do ano passado, que, como precisam ser pagos neste ano, como a folha de dezembro, se somam ao estoque da dívida.

Em relação ao restos a pagar não processados de 2018 e anos anteriores, a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, diz, porém, que podem ser cancelados. "Muito embora tenha sido empenhado, não foi liquidado. Então, não tem problema cancelar."

– 2,87 bilhões

PREVISÃO DE DÉFICIT PARA 2019

FOLHA DE PAGAMENTO	
Projeção original (**R$ 15,74 bilhões**) – Projeção real para 2019 (**R$ 19,07 bilhões**) + Folha não empenhada (**– R$ 1,30 bilhão**)	**–R$ 4,63 bilhões**
DÍVIDA PÚBLICA, PRECATÓRIO E PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR (PASEP)	
Projeção original (**R$ 1,87 bilhão**) – Projeção real para 2019 (**R$ 2,55 bilhões**) + Dívida não empenhada (**– R$ 127,34 milhões**)	**–R$ 813,70 milhões**
OUTRAS OBRIGAÇÕES NÃO EMPENHADAS	
Despesas correntes + Despesas de capital	**–R$ 616 milhões**
TOTAL	**–R$ 6,06 bilhões**

[1] *O que foi empenhado, liquidado e não pago, referente apenas a 2018;* [2] *O que foi empenhado, mas não liquidado referente apenas a 2018;* [3] *Contratos diversos* [4] *Obras, aquisição de equipamentos etc.;* [5] *Não considera a dívida consolidada* [6] *Considera também restos a pagar de outros exercícios;* [7] *Controladoria-Geral do Estado (CGE) está fazendo análise sobre o que entrará ou não no estoque da dívida*

Fontes: Secretaria de Economia/ Controladoria-Geral do Estado

> *"Não há divergência de resultados. O que existe são óticas diferentes para mostrar resultados que são diferentes"*
>
> **Ricardo Borges, superintendente de Contabilidade-Geral**

ORÇAMENTO

E os R$ 6,06 bilhões de previsão de déficit para orçamento deste ano? Segundo Ricardo Borges, é incluído nisso, além de parte da dívida prevista para este ano, o descompasso orçamentário do exercício atual, por exemplo, com o crescimento vegetativo da folha de pagamento. Trata-se da diferença prevista para execução orçamentária do ano.

O POPULAR

Programa tem ranking semelhante ao criado na gestão tucana

GOIÁS MAIS TRANSPARENTE Proposta é de "premiar" órgãos com maiores notas na avaliação de oferta de informações públicas nos sites e nas respostas pela LAI

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

O governo de Goiás lançou ontem o programa Goiás Mais Transparente, que visa "premiar" órgãos que tiverem maiores notas na avaliação de oferta de informações públicas tanto nos sites como nas respostas aos pedidos feitos pela Lei de Acesso à Informação (LAI). O formato de classificação é semelhante ao ranking criado na gestão anterior, do ex-governador Marconi Perillo (PSDB).

Em discurso no evento, o governador Ronaldo Caiado (DEM) fez críticas à gestão tucana, acusando dificuldades de acesso ao Portal da Transparência do Estado e apresentando casos de suspeitas de mau uso do dinheiro público, que ele afirmou que serão apurados pelo Ministério Público do Estado. "Se tivéssemos transparência nos gastos públicos, Goiás não teria chegado à situação que chegou", afirmou. "Com esse programa, será mais fácil impedir uso indevido e criminoso do dinheiro público, que foram práticas antigas de governos anteriores", completou o governador em entrevista coletiva.

O controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, afirmou que o programa inova ao incentivar iniciativas dos órgãos no sentido de atrair acesso à informações. "Já existia uma orientação para que cada órgão atendesse alguns requisitos da LAI. Estamos aperfeiçoando um pouco isso para atendimento total, mas o mais importante é o desafio da inovação para que haja interesse real do cidadão, de levar a ele o que não está procurando", afirmou.

O titular da CGE também afirma que haverá aprimoramento do Portal da Transparência do Estado, que ele considera "pouco amigável" em alguns itens.

O programa estabelece um "selo" de ouro, prata e bronze para os órgãos que alcançarem maiores porcentuais de cumprimento dos itens de avaliação. Àqueles que não atingirem pelo menos 90%, não haverá penalidades, mas recomendações da CGE.

Em 2015, o governo Marconi criou ranking para avaliar itens de transparência dos órgãos, divulgado a cada três meses.

O prêmio do atual governo oferecerá curso de capacitação aos servidores e a entrega (do selo de reconhecimento e não recursos financeiros) ocorrerá em dezembro.

O POPULAR

Prefeituras temem colapso com cortes

EDUCAÇÃO Contingenciamento anunciado pelo governo federal deve inviabilizar serviços oferecidos, como o transporte escolar, mantido com recursos da União e das prefeituras

Fabiana Sousa
fabiana.sousa@opopular.com.br

Wildes Barbosa

Ônibus na garagem da prefeitura de Goianira; transporte escolar é a principal preocupação dos prefeitos

O contingenciamento do Governo Federal pode tornar a Educação Básica insustentável em Goiás. Municípios temem que os cortes anunciados pelo Ministério da Educação (MEC) cheguem a essa etapa de ensino e inviabilizem serviços que já são precários em consequência do baixo orçamento, como é o caso do transporte escolar, que é sustentado majoritariamente pela administração municipal e pela União.

Embora a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) afirme que ainda não tenha sido notificada oficialmente sobre os cortes e as prefeituras não tenham colocado o contingenciamento em prática, municípios já vêm fazendo mudanças dentro da Educação Infantil e no Ensino Fundamental para garantir o funcionamento de creches e escolas. É o caso de Aparecida de Goiânia. A titular da Secretaria Municipal de Educação (SME) do município, Valéria Pettersen, afirma que algumas medidas precisaram ser tomadas para garantir o atendimento dos mais 40 mil alunos que a rede possui. "Nós precisamos fazer alguns enxugamentos, reorganizar a rede porque recebemos mais alunos sem condições de contratar mais professores e o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) vem diminuindo gradativamente nos últimos anos. Ele já não cobre a folha, então é praticamente o município que precisa bancar quase tudo".

Para ela, as inseguranças refletidas no Governo Federal à respeito da Educação Básica no Brasil preocupam. "Quem paga o ensino básico é o Governo Federal e o município, se eles cortarem a verba, a gente não vai ter de onde tirar para cobrir essas lacunas", adverte. "E isso porque nós somos um município grande. Imagina um pequeno, com arrecadação baixa, que não tem de onde gerar receita? Com o Fundeb cada dia menor, como nós vamos garantir a educação?", questiona. "Eles tinham que conhecer melhor a base, saber como realmente funciona. Está faltando diálogo", diz.

O presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Haroldo Naves (MDB), explica que serviços já defasados sofrerão com os possíveis cortes. "O transporte escolar, por exemplo, já é precarizado, se cortar mais, inviabiliza", adverte. "Vai parar o transporte, faltar merenda, vai ter que fechar creche. Os municípios não tem mais de onde tirar dinheiro", lamenta.

> *"Vai parar o transporte, faltar merenda, vai ter que fechar creche. Os municípios não tem mais de onde tirar dinheiro"*
>
> **Haroldo Naves, presidente da FGM**

Já o secretário de administração da Agência Goiana de Municípios (AGM), Armando Lobo, explica que as prefeituras já completam entre 30 e 40% dos recursos da União e teme um efeito cascata dentro da educação com os cortes. "Vai atingir a Educação Básica com tudo".

GOVERNO FEDERAL

Questionado sobre o contingenciamento em sua visita ao Senado Federal ontem (7), o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou apenas que o bloqueio não é permanente e pode ser revertido com a melhora da economia. Sobre o bloqueio para a construção de creches, que o governo sempre elencou como prioridade, o ministro não respondeu. "Quantas creches o governo Dilma cortou?!", questionou.

Secretária estadual acredita que não haverá redução

Sobre o contingenciamento na Educação Básica, a titular da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Fátima Gavioli, afirma que a pasta não foi notificada oficialmente sobre os cortes e acredita que as reduções não devam chegar nesta etapa do Ensino. "O Ministro (Abraham Weintraub) esteve no Senado Federal hoje (7) e disse que os cortes na Educação Superior são extremamente necessários mas não falou nada sobre a Educação Básica", disse a secretária. "Eu estou tranquila em relação à Educação Básica, porque nós temos um Plano Nacional aprovado. Eu sigo acreditando nisso, que esses cortes não vão chegar e nem atingir a Educação Básica".

Sobre as dívidas milionárias do Estado com os municípios em relação ao transporte escolar e a merenda, Fátima explica que são pendências referentes à gestão anterior e que a pasta vem quitando os débitos gradativamente. Até fevereiro deste ano, a Seduc devia R$ 78 milhões para 236 municípios referentes ao transporte escolar. Neste momento, a secretária afirma que R$ 28 milhões dessa dívida já foi paga, restando, assim, R$ 50 milhões. "Eu conversei com os prefeitos e estou pagando 2019 em dia. Vou deixar esse restante de 2018 para depois que nós concluirmos o pagamento da folha de dezembro". Segundo ela, o Estado não tem condições de pagar a folha de dezembro, manter as parcelas de 2019 em dia e ainda arcar com as dívidas de 2018 ao mesmo tempo. "Assim que nós quitarmos dezembro, eu retomo as parcelas do transporte de 2018".

Já sobre a merenda, que até fevereiro somava uma dívida de R$ 10 milhões, a secretária afirmou que as duas parcelas pendentes já foram quitadas. "Não tem problema com a merenda. Essa eu já quitei", garantiu.

Goiás libera mais de R$ 15 milhões para as escolas da rede estadual

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) repassará às escolas da rede pública estadual mais de R$ 15 milhões pelo Programa Estadual Dinheiro na Escola (Pró-Escola). Anunciado ontem pelo Governo do Estado, o recurso, referente à primeira parcela de 2019, estará disponível esta semana nas contas dos Conselhos Escolares, e pode ser utilizado para o pagamento de despesas e manutenção das unidades.

O total do repasse é de R$ 15.884.820,59, sendo que 80% desse valor refere-se ao custeio (despesas) e 20% aos investimentos (aquisição de bens duráveis). A quantia destinada a cada escola é calculada de acordo com o número de alunos.

Os recursos do Pró-Escola são creditados diretamente nas contas dos Conselhos Escolares das unidades educacionais. A verba é liberada duas vezes ao ano: no primeiro e segundo semestre.

"O governo disparou quase 16 milhões para o Pró-Escola. A intenção é economizar e aumentar a capacidade de poder gerir os recursos dentro das próprias instituições de ensino. O foco é dar o dinheiro para a escola e ensinar a escola como gastar e como gerir esse recurso", afirmou a secretária estadual de Educação, Fátima Gavioli.

Estado promove debate sobre situação fiscal

Publicado: 07/05/19 14:04

"O papel dos três Poderes estaduais para solucionar a calamidade fiscal em Goiás e para assegurar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal" é o tema do seminário que o Governo de Goiás, por meio da Secretaria da Economia, realizará nesta quarta-feira, dia 8, a partir das 13 horas, no auditório Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico, em Goiânia.

O governador Ronaldo Caiado fará a abertura do evento que contará com a participação dos presidentes do Tribunal de Justiça (TJGO), Walter Carlos Lemos; da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira; do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Joaquim de Castro Neto; do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Celmar Rech; e do procurador Geral de Justiça, Aylton Vecchi.

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, idealizadora do seminário, explica que o Executivo precisa da colaboração dos outros Poderes para sair da situação de calamidade fiscal e buscar soluções definitivas e estruturais.

Palestrantes

Economistas do governo federal e procuradores do TCU e do TCE, conhecidos por suas defesas em favor do equilíbrio fiscal dos entes públicos, são os palestrantes convidados pela Secretaria da Economia. Eles terão cerca de 40 minutos para expor suas ideias e depois responderão às perguntas dos presentes.

O economista do BNDES, Fabio Giambiagi, falará a partir das 13h40; o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, falará às 14h20; o procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), Júlio Marcelo de Oliveira, às 15h30, e o procurador do Ministério Público de Contas no TCE, Fernando Carneiro, às 16h10.

O encerramento será feito pela secretária Cristiane Schmidt, às 17h10.

Serviço:
Assunto: Seminário "O papel dos três Poderes estaduais para solucionar a calamidade fiscal em Goiás e para assegurar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal"
Quando: quarta-feira (08/05/2019)
Horário: 13 horas
Local: auditório Mauro Borges, Palácio Pedro Ludovico Teixeira - Praça Cívica, Setor Central - Goiânia